



Corrente Proletária ESTUDANTIL



#27 JULHO/2013

Para onde vão agora as mobilizações de rua? Por uma política proletária, de independência de classe, que levante as reivindicações das massas contra os governos e os capitalistas

As grandes mobilizações populares que tomaram as ruas do país expressaram um descontentamento generalizado com as condições econômicas de existência, a precariedade dos serviços sociais fornecidos pelo Estado, o direcionamento de recursos estatais para empreiteiras ligadas à construção dos estádios para a Copa do Mundo de futebol e a classe política burguesa oficial. Primeiramente condenadas pela grande imprensa, as manifestações estudantis contra o aumento da tarifa de ônibus, em todo o país, sofreram violenta repressão policial. A massificação das mobilizações veio em seguida à brutal repressão, mas também vieram o oportunismo dos partidos oposicionistas burgueses e a incorporação das classes médias em geral, com isso ganhando contornos pacifistas, de penetração da política burguesa e de repulsa aos partidos oficiais. Tal aversão foi utilizada por um setor direitista para achincalhar os partidos de esquerda.

O recuo da maioria das prefeituras e estados em revogar o aumento das tarifas de ônibus, ou reduzir os aumentos, veio acompanhado de declarações de proteção ao lucro dos capitalistas que exploram o setor. Esses governos esperam também desonerações de impostos do governo federal para toda a cadeia do transporte público, favorecendo ainda mais os empresários do sistema. Projeto de lei proposto pelo corrupto Renan Calheiros no Congresso Nacional de passe-livre estudantil está condicionado no mesmo sentido. Ou seja, o sistema de transporte público ainda estará nas mãos de capitalistas que o exploram como bem entendem, financiados pela população e pelo Estado.



Rio de Janeiro, 20 de junho de 2013

As manobras governamentais com o aumento do subsídio aos capitalistas e a imposição de uma pauta de reforma das instituições do Estado burguês (plebiscito de reforma política, PECs 33 e 37, aprovação de leis de combate a corrupção, etc.) diminuíram os protestos, porém as tendências da crise econômica mundial ainda avançam no País. Movimentos contra os gastos da Copa do Mundo levaram milhares aos estádios na Copa das Confederações no Rio de Janeiro e em BH. Muitos outros pequenos protestos por moradia, educação, saúde, contra os pedágios persistem. A alteração no quadro da luta de classes ganha uma nova perspectiva agora com mobilizações de trabalhadores, a exemplo da greve nacional da dividida categoria dos caminhoneiros, greves de motoristas e cobradores de ônibus em algumas cidades. São movimentos que pa-

ralisam a produção e entram diretamente em choque com os capitalistas que os exploram. O chamado das centrais sindicais para o Dia de Luta, em 11 de julho, foi mais um sinal que o descontentamento generalizado começa a fustigar os trabalhadores a se mobilizarem.

O movimento estudantil iniciou bravamente o levante contra o aumento das tarifas no transporte, que encontrou um terreno fértil no quadro de aumento dos custos de vida e descontentamento com as políticas dos governos, contudo a falta de organização e de uma direção que desenvolvesse a política proletária de defesa dos salários por meio do salário mínimo vital e escala móvel de reajuste e fim da exploração capitalista sobre o sistema de transporte foi decisiva para que os governos manejassem a crise política que se abriu.

O movimento estudantil da USP contribui para a vitória política do movimento, mas carece de uma direção proletária

As manifestações contra o aumento da tarifa, que em São Paulo tiveram início no dia 06 de junho, contaram com a presença dos estudantes das USP. No quarto protesto, do dia 13, somaram-se às centenas de presos e feridos pelo Estado policial que revelou toda a sua violência ao atacar brutalmente um movimento que reivindicava a diminuição dos custos de vida. A massificação do movimento geral, em resposta ao ataque da polícia, também foi vista na universidade. Assim, a quinta manifestação, no dia 20, nacional, unitária e contra a repressão, contou com a participação de milhares de estudantes, que marcharam da universidade até o ponto de concentração, bloqueando todas as vias pelo caminho.

Foi dessa forma que a massa estudantil, composta majoritariamente pela pequena burguesia, contribuiu para a vitória política do movimento, indo às ruas, desviando-se da via parlamentar como método de pressão para conquistar as reivindicações. O aprofundamento da crise econômica fez com que a pequena burguesia se chocasse com os governos.

No entanto, foi um corpo diluído na política do MPL, seguido pelo PSol/PSTU, atual direção do DCE/USP. A bandeira limitada de revogação da tarifa não foi capaz de desenvolver o movimento para um embate político com a burguesia, o que ficou comprovado com o seu esfacelamento diante do recuo do reajuste pelos governadores. O reformista MPL capitulou à burguesia, renegou suas próprias bandeiras de passe livre para estudante e desempregados e estatização. Isolou da defesa de revogação do aumento da

tarifa as reivindicações que defendem a vida das massas, contidas nas bandeiras de expropriação (rechaçada pelo MPL) e salário mínimo vital, se submetendo às decisões da burguesia.

Na USP, a ausência de uma direção proletária e revolucionária no DCE fez com que o movimento estudantil comparecesse nos atos como um corpo disforme, regado pelo espontaneísmo e arrastados pelo oportunismo do PSol e PSTU, que se esforçaram em convocar os estudantes, passando em sala de aula, fazendo arrastão, mas à revelia de uma decisão coletiva.

A ausência da democracia proletária, com base nas assembleias, foi uma debilidade presente tanto na condução geral do movimento pelo MPL, quanto na condução interna das mobilizações na universidade. Os desvios políticos e organizativos das organizações e correntes pequeno burguesas mostram o quanto estão longe do objetivo estratégico de derrubada da burguesia. Não são capazes de promover a transformação da luta espontânea da juventude em ação consciente, por meio das bandeiras e métodos que se chocam abertamente com a burguesia.

Juntamente com o MPL, diferenciando em graus, as correntes PSol e PSTU são responsáveis pela descaracterização do movimento que tornou-se permeável à disputa interburguesa, se aproveitando da insatisfação das massas para penetrar bandeiras estranhas à classe proletária como a redução da maioria penal, contra o aborto, reforma política etc. Colaboraram para a transmissão da política burguesa para o movimento de massas.

Unifesp Guarulhos: Estudantes se mobilizam contra o acordo de R\$ 15 milhões entre a burocracia e a rede privada Anhanguera

A licitação para a construção do edifício principal foi uma conquista da luta dos estudantes na greve de 2012. Contudo a burocracia universitária atua de forma antidemocrática e propõe realizar acordo no valor de 15 milhões de reais para o aluguel do espaço provisório do campus no Torricelli, espaço do grupo Anhanguera, que recentemente se fundiu ao estrangeiro Kroton.

A ida para o Torricelli foi questionada pelos estudantes desde o início, em função dos custos com transporte e aluguel no centro de Guarulhos, dúvidas sobre as instalações do restaurante universitário, da biblioteca e mesmo salas de aula, visto que o prédio possui aproximadamente a mesma dimensão do atual campus, que não atende ao número de alunos matriculados. A reitoria passou por cima de qualquer questionamento da comunidade acadêmica propôs o acordo. Nem a Congregação do campus teve acesso à minuta de contrato.

No dia 1º de julho, após uma Audiência pública que serviu apenas para anunciar o provável acordo sem nenhum esclarecimento, os estudantes realizaram uma assembleia extraordinária e decidiram ocupar uma sala de aula contra o acordo de aluguel e a intransigência da burocracia. Houve a tentativa de um grupo pe-

tista de propor desocupação, mas no dia 4 de julho a desocupação foi realizada antes da ação golpista. Esta ocupação foi importante para retomada do movimento, demonstrando disposição para a luta, única forma de responder aos problemas do campus da Unifesp Guarulhos e impor à burocracia as necessidades da maioria.

A saída do campus e o gasto de 15 milhões de reais para o aluguel do local provisório afetam a vida da comunidade universitária. Negou-se a possibilidade de discutir se realmente é necessário sair e para onde ir. O Torricelli foi imposto como algo inquestionável. Sequer foi apontado a possibilidade de expropriação de um espaço para não ter que tirar dos cofres públicos.

A ação da burocracia evidenciou a tarefa do movimento defender a bandeira de autonomia, que só pode ser realmente consolidada com a constituição da Assembleia Geral Universitária, com participação dos três setores (estudantes, docentes e funcionários) para que o controle sobre a construção do prédio e a necessidade ou não da remoção temporária da comunidade universitária sejam amplamente discutidos e deliberados com a participação da maioria.

UNESP: Arrancar as reivindicações nas ruas

Sob o comprometimento da vice-reitora na UNESP, Marilza Vieira Cunha Rudge, em atender a pauta estudantil por melhorias na permanência (construção e ampliação dos restaurantes universitários e aumento do número de bolsas auxílio), os estudantes deixaram o prédio da reitoria na madrugada de 28 de junho, ocupado no dia anterior durante o ato convocado pelo Fórum das Seis, que reuniu mais de mil pessoas. Além da pauta específica dos estudantes, o movimento se coloca contra o PIMESP, que já foi implementado na UNESP, e a pauta dos técnicos e docentes por isonomia e reajuste de 11% no salário. Atualmente são 14 dos 34 campi que estão em greve há mais de um mês.

A trégua durou quatro dias. Estudantes de Botucatu e Bauru ocuparam seus respectivos prédios de administração do campus no dia 02 de julho. A vice-reitora não será capaz de cumprir com o compromisso fechado com os estudantes, pois está submetida à diretoria do governo do Estado que impõe uma política privatista, elitista e precarizante. A burocracia uni-

versitária não faz mais do que transferir para a universidade as orientações do Estado burguês controlado pelos interesses do grande capital, que está em dissonância com as necessidades de quem estuda e trabalha.

Faltam restaurantes universitários e bolsa auxílio, docentes e funcionários são mais explorados, aumenta a carga de horas trabalhadas e a relação aluno professor, os concursos são substituídos por terceirizações, os salários são corroídos pela inflação, tudo isso porque os recursos sociais são enxugados para salvar as multinacionais e os grandes empresários da crise capitalista.

Reitoria e governo do Estado/PSDB não concederão nada! As reivindicações deverão ser arrancadas, nas ruas. Que o movimento grevista da UNESP fortaleça as ocupações e tomem as ruas da capital e do interior paulista, impondo ao governador Alckmin o cumprimento da pauta pela força do movimento unificado dos estudantes, funcionários e docentes.

Os efeitos da crise mundial se aprofundam no Brasil, numa tendência geral de aumento do custo de vida que foi respondido com as massas nas ruas, que canalizaram o aumento da exploração na luta contra o aumento da tarifa, impondo que os governos o revogasse. Esses levantes estão inseridos num quadro de mudança da luta de classes mundial, em que o capitalismo em decomposição só reserva à classe proletária a barbárie do desemprego, dos salários de fome, da miséria e da violência policial. As ruas são ocupadas em ação de resistência à essa opressão. É nesse contexto que ocorreram as manifestações nos estados relatados abaixo.

Bahia

As plenárias, atos e manifestações do movimento pelo passe livre continuam a ocorrer em Salvador e algumas cidades do interior da Bahia. A repressão policial de Jaques Wagner/PT não consegue pôr fim aos protestos. A direita não mais comparece rechaçando os partidos, e as plenárias em Salvador seguem com a presença das organizações e partidos de esquerda e dos anarquistas. Os atos contam com a presença de bandeiras, faixas, cartazes e panfletos.

O movimento segue influenciado pela campanha da pequena burguesia, levantando genericamente as bandeiras de mais verbas para a educação, moradia e saúde. A burguesia oportunamente compareceu com suas bandeiras de PEC 37, reforma política e contra a corrupção. As consignas que tocam fundo à vida das massas trabalhadoras como salário mínimo vital e escala móvel de trabalho e salário, diminuição da jornada de trabalho sem diminuição dos salários, estatização do sistema de transporte, sem indenização, sob controle dos trabalhadores e da população explorada tiveram muita dificuldade de serem difundidas.

Ceará

A maior lição desse movimento nacional, que forçou Dilma a se reunir com os governadores acordando a redução ou revogação do aumento da tarifa, é que as reivindicações são arrancadas pela ação radicalizada, com as massas nas ruas, bloqueando rodovias e grandes avenidas. O avanço do movimento depende do fortalecimento de sua organização, criando comitês de bairro, nos locais de trabalho e convocando as assembleias populares para que o movimento decida sobre seus próximos passos. É preciso defender a presença dos partidos de esquerda e expulsar os partidos da burguesia, partidos dos patrões e inimigos do povo como PSDB, PMDB, PSB etc. Denunciar o PT e PC do B que traíram os trabalhadores e estão compondo o governo Cid Gomes que reprime violentamente os manifestantes. A Guarda Nacional que nos reprimiu está sob controle de Dilma/PT. Pela revogação imediata do aumento da passagem em Fortaleza! Passe livre para estudantes e desempregados! Estatização do transporte coletivo sob controle dos trabalhadores e população pobre!

Rio Grande do Norte

O Movimento Pau de Arara surgiu em Mossoró como parte dos levantes da juventude pelo país. Surgiu ordeiro, disciplinado, proibindo as bandeiras dos partidos com o discurso de movimento apartidário. A frente da direção esta a Juventude do PT. A primeira manifestação reuniu cerca de 300 pessoas. A segunda foi no dia 20 de junho, data do movimento nacional que conseguiu reunir 3 mil manifestantes. Na terceira manifestação reuniu 200, com a participação das lideranças sindicais e dos partidos de esquerda, movimentos feministas e GLBTs, determinando um caráter mais classista ao movimento, afastando o "Chega Mossoró" composto pela pequena burguesia com suas bandeiras anti-partidárias. A quarta manifestação ocorreu na Câmara de Vereadores de Mossoró, com o intuito de pressionar o parlamento para a aprovação da pauta que foi entregue. A pressão sobre a Câmara contou com a ocupação de cerca de 20 pessoas do prédio da Tributação Municipal. O movimento conquistou a redução da tarifa de R\$2,40 para R\$2,20.

O Partido dos Trabalhadores possui a direção dos principais sindicatos e movimentos sociais do município, como o SECOM (Sindicato dos comerciários), SINTE (Sindicato dos Educadores), Marcha Mundial das Mulheres, MST e o PCdoB está à frente do SINTEPETRO (Sindicato dos petroleiros). Mesmo com tamanha força social, estando na direção de um movimento popular como o Pau de Arara, abdicaram de organizar os assalariados e os sem terra para uma luta unitária e com as bandeiras da classe proletária. Isso mostra sua política colaboracionista com a ordem opressora.

Paraná

A primeira mobilização em Londrina ocorreu no dia 15 de junho no centro da cidade, onde o Comitê pelo Passe Livre atuou levantando a histórica bandeira de passe livre, redução da tarifa e estatização do transporte coletivo. Na sequência, dois dias depois, outra gigantesca passeata foi organizada por elementos vinculados à própria prefeitura, ministério público e outros setores da burguesia defendendo a derrubada da PEC 37, contra a corrupção e as mais difusas reivindicações. O Comitê pelo Passe Livre, que atua há dez anos na cidade, intervindo nos colégios, terminal e bairros, compareceu nesse ato dissolvido, mas reagiu e se tornou uma força viva na organização do movimento com uma política em oposição à do PT e à do PSol (em alinhamento com o MPL defendeu a Tarifa Zero em oposição a estatização sob controle operário e dos usuários). O Comitê organizou o ato nacional do dia 20 de junho, defendendo o passe livre, redução da tarifa sem subsídios, contra a criminalização e repressão dos movimentos sociais, reavivando os dez anos da morte de Anderson Amaurílio, esmagado por um ônibus em 2003 quando se manifestava no terminal urbano contra o aumento da tarifa. O ato fez uma passeata de mais de mil pessoas até a prefeitura e se manteve coesa e organizada do começo ao fim sob as bandeiras do Comitê. Os grupos simpatizantes do ministério público, e até do PT junto com a prefeitura, fizeram ainda uma quarta grande manifestação festiva, da qual a coluna do Comitê participou organizadamente com bandeiras em separado, diferenciando-se da marcha festivo-nacionalista.



Publicamos este extrato de texto de Violência Revolucionária elaborado em 1972 por Guillermo Lora com o objetivo de contribuir no entendimento do papel da violência das classes em um determinado regime social: a legitimidade dos métodos da ação direta do proletariado, que encarna diretamente a rebelião das forças produtivas, a violência reacionária da burguesia e a possibilidade de atitudes revolucionárias de outras classes sociais.

O proletariado encarna a violência

No plano classista, o proletariado é que encarna a rebelião das forças produtivas contra as relações de produção imperantes, assim se converte na expressão indiscutível da violência revolucionária, isso porque sua ação tende a estruturar uma nova sociedade. A burguesia, por sua vez, utiliza a violência para prolongar indefinidamente a agonia do capitalismo e concentra e organiza seu aparato repressivo, esta é uma violência reacionária. Daqui se deduz que a violência das outras classes sociais que se rebelam contra a opressão capitalista só adquire projeção revolucionária se contribuem a aproximar os trabalhadores da conquista do poder e se torna reacionária se os afasta desse objetivo. Assim deve entender-se quando o *Manifesto Comunista* fala de atitudes revolucionárias das classes sociais que não são operárias.

A revolução social só pode ser consumada pelo proletariado (deve entender-se este enunciado no sentido que deve dirigir e construir o processo de transformação) e, por isso mesmo, é absurdo tentar substituí-lo por outra classe social e muito menos por um determinado grupo de pessoas. Se a classe operária encarna a violência revolucionária, os grupos foquistas, por exemplo, quando falam e atuam em nome desta última, estão buscando, nesses eventos, suplantar a primeira. A atuação dos guerrilheiros pode ser revolucionária ou reacionária e seria uma arbitrariedade elevar à categoria de princípio qualquer destas conclusões. Essas atitudes exteriores à classe operária podem adquirir projeção revolucionária unicamente se se submetem à estratégia do movimento do

Paraíba

As manifestações nacionais pela redução da tarifa impulsionaram a criação de uma frente de luta em Campina Grande. No dia 26 de junho, houve uma marcha contundente pela cidade e ocupação do gabinete da prefeitura. O prefeito Romero, do PSDB, foi até lá e prometeu uma audiência para 3 de julho. Nesta data, uma nova manifestação resultou na ocupação da prefeitura até que houvesse uma resposta, já que o prefeito, alegando a morte de um parente, não apareceu.

Instalou-se um funcionamento democrático, com plenárias convocadas abertamente e deliberações coletivas. No dia 28 de junho, foi realizada uma Assembleia Geral de Campina Grande, para discussão das bandeiras de luta. A assembleia não atraiu a juventude pobre e os trabalhadores, ficando ainda restrita à vanguarda que participa das plenárias.

A composição heterogênea dos atos misturou reivindicações da juventude e dos trabalhadores, com bandeiras burguesas de redução da maioria penal ou ilusões de que é possível um capitalismo sem corrupção. A pauta definida nas plenárias permite iniciarmos uma luta unitária pelo passe livre, redução da tarifa, fim da dupla função de motorista/cobrador, readmissão dos demitidos, contra a gestão pactuada (pela qual Romero quer entregar os serviços públicos, sobretudo a saúde, para serem geridos por empresas privadas). Mais do que isso, há um ponto unitário importante que faz parte de uma luta geral pelas liberdades democráticas de manifestação, expressão e organização. Foram mais de 600 presos no país nestas jornadas de luta em junho, cerca de 100 permanecem presos, a cada manifestação aumentam estes números.

proletariado. De maneira natural, os agrupamentos e organismos não operários se subordinam à linha política da classe por meio do partido político operário. Essa regra é muito mais imperiosa tratando-se de grupos de intelectuais pequeno-burgueses, que por sua natureza tendem a se isolar das massas.

A violência revolucionária se exterioriza através das formas de luta próprias do proletariado. Na base destas formas de luta encontram-se, sem dúvida, a mobilização e a ação direta das massas. As massas, ao se incorporarem e ganharem as ruas, tomam em suas mãos a solução de seus problemas e dos outros setores sociais não de acordo com o ordenamento jurídico e sim seus próprios interesses, a sua vontade autoritária. A imposição das soluções pela classe operária pode adquirir as formas mais diversas, de acordo com o grau de mobilização e as circunstâncias políticas imperantes. Essas formas podem ir desde a simples presença física da classe, as manifestações, as greves até as diversas manifestações da luta armada. Mas, toda essa violência é exercida pela classe, é sua proteção, é sua vontade, executada através dos homens aglutinados no seio dela. Assim atua a violência revolucionária. Na sociedade se representam outras formas de violência e executadas através de grupos e indivíduos estranhos à classe operária, que não são necessariamente revolucionários e que podem concluir desorganizando a luta operária e prejudicando a realização da destruição do capitalismo. (Extraído de *Violência Revolucionária*, por Guillermo Lora. Publicado em *Masas* (Bolívia) – nº 413 – julho/agosto de 1972).